



DOI: 10.14295/idonline.v19i79.4263

Artigo

Educação Inclusiva na Perspectiva Bilíngue

Wesley Castro Teixeira¹, Lílian de Sá Leite²

Resumo: A educação de surdos no Brasil é caracterizada por divergências políticas e pedagógicas que permeiam a implementação da educação bilíngue de surdos e da inclusão em escolas regulares. Este artigo visa examinar a educação inclusiva pela perspectiva bilíngue, contrastando as particularidades desses dois modelos e refletir sobre a função do docente no processo de ensino-aprendizagem. A análise mostra que, nas escolas bilíngues, a Libras funciona como língua de instrução, o que facilita o acesso à aprendizagem e o fortalecimento da identidade cultural surda. Nas salas de aula comuns, apesar de a inclusão ser promovida como uma estratégia de socialização, a falta de comunicação completa e a dependência de intérpretes comprometem o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, ficou evidente que o docente é uma figura central nesse debate: quando bilíngue, pode atuar como mediador cultural e agente de emancipação; quando sem formação adequada, sua atuação pode reforçar práticas exclucentes.

Palavras-Chave: Bilinguismo; inclusão; educação de surdos.

Educación Inclusiva en la Perspectiva Bilíngue

Resumen: La educación de sordos en Brasil se caracteriza por divergencias políticas y pedagógicas que atraviesan la implementación de la educación bilingüe de sordos y la inclusión en escuelas regulares. Este artículo busca examinar la educación inclusiva desde la perspectiva bilingüe, contrastando las particularidades de estos dos modelos y reflexionando sobre el papel del docente en el proceso de enseñanza-aprendizaje. El análisis muestra que, en las escuelas bilingües, la Lengua de Señas Brasileña (Libras) funciona como lengua de instrucción, lo que facilita el acceso al aprendizaje y el fortalecimiento de la identidad cultural sorda. En las aulas comunes, aunque la inclusión sea promovida como una estrategia de socialización, la falta de comunicación plena y la dependencia de intérpretes comprometen el proceso de enseñanza-aprendizaje. Además, quedó evidente que el docente es una figura central en este debate: cuando es bilingüe, puede actuar como mediador cultural y agente de emancipación; cuando carece de formación adecuada, su actuación puede reforzar prácticas excluyentes.

Palabras-clave: Bilingüismo; inclusión; educación de sordos.

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad del Sol. Asunción, Paraguai. wesley.teixeira@prof.ce.gov.br;

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará. Brasil. lilian.leite@prof.ce.gov.br.

Introdução

A educação bilíngue para surdos no Brasil configura-se como um campo complexo e multifacetado, essencial para a promoção da inclusão e do desenvolvimento integral das pessoas surdas na sociedade. Este modelo educacional reconhece a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua (L1) e o português, na modalidade escrita, como segunda (L2), além disso, busca superar abordagens tradicionalmente limitadoras que historicamente excluíram as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda (Conceição e Lopes, 2020).

Embora a legislação brasileira, através da Lei N° 14.191, de 3 de agosto de 2021, contemple a educação bilíngue para surdos, a sua implementação efetiva enfrenta desafios significativos, como a formação adequada de professores e a disponibilidade de materiais didáticos acessíveis.

As escolas, em sua maioria, não estão preparadas para receberem os alunos ditos especiais, pois não foram pensadas visando a recebê-los. Dessa forma, elas correm contra o tempo para se adequarem aos padrões exigidos pelas normas da educação inclusiva (Duarte, Silva e Pinto, 2014, p3).

O modelo bilíngue parte do pressuposto que inclusão não se limita a simplesmente garantir o acesso à informação, mas precisa respeitar todas as potencialidades e diferenças do estudante surdo. Em muitos contextos escolares, o que se encontra é uma compressão limitada, onde a prioridade é a inserção física do aluno surdo, sem oferecer as condições linguísticas necessárias. Nesse cenário, a análise das práticas pedagógicas e curriculares bilíngues tornam-se crucial para promover uma educação que valorize a história do surdo e também auxilie na formação da sua identidade, cultura e todas as demais especificidades da sua comunidade linguística (Miranda, Silva e Miranda, 2020).

Embora a educação bilíngue para surdos seja respaldada por marcos legais e teóricos sólidos, sua implementação no Brasil ainda apresenta diversas lacunas. Identificar essas lacunas nos permite compreender sua complexidade e projetar possíveis soluções para o fortalecimento de políticas e práticas pedagógicas que realmente criem uma educação equitativa.

Todavia ainda há lacunas na lei que precisam ser avaliadas por uma ótica de surdos também, pois quem melhor para se falar da sua real necessidade se não o próprio surdo. Assim lei se configura como um dos primeiros passos para uma jornada que busca inclusão, aceitação, e empatia para com os surdos (Durand e Lira, 2024, p.6).

A efetivação da educação inclusiva na perspectiva bilíngue demanda uma articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas pedagógicas que reconheçam as especificidades que um aluno surdo demanda. Mais do que garantir a presença física do aluno surdo na escola, é necessário assegurar condições linguísticas e social para que ele se desenvolva plenamente, fortalecendo sua identidade e cultura.

Metodologia

Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, focada unicamente na análise de trabalhos teóricos sobre a educação bilíngue de surdos no Brasil. O objetivo principal foi entender, com base na literatura especializada, os alicerces conceituais, históricos e políticos que embasam a discussão sobre o modelo bilíngue. Para estabelecer essa base conceitual, foram selecionados artigos, dissertações, teses e livros que dialogassem diretamente com o tema. A seleção do material levou em conta a relevância do tema, a atualidade das discussões e a contribuição dos autores para a área de estudo.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2002, p.45).

A análise envolveu uma leitura crítica, comparação e síntese das ideias principais contidas nas referências, com o objetivo de identificar pontos de concordância, discordância e lacunas teóricas. Essa abordagem possibilitou a articulação de diversas perspectivas, destacando os componentes que fundamentam a argumentação proposta, sem a necessidade de coleta de dados empíricos. Assim, a pesquisa se apresenta como um exercício de reflexão teórica, fundamentada unicamente na literatura especializada.

Escolheu-se a abordagem qualitativa por possibilitar uma análise interpretativa e crítica da produção acadêmica, focando na compreensão das particularidades conceituais e políticas que envolvem a educação bilíngue para surdos (Guerra *et al*, 2024). Essa estratégia permitiu a construção de uma argumentação coerente sem a necessidade de uma coleta de dados empíricos.

A estruturação dos dados incluiu um procedimento de classificação temática, onde os conteúdos foram agrupados com base em sua relevância para a tese apresentada, tratando de temas como políticas públicas voltadas à educação de surdos, identidade e cultura surda,

práticas pedagógicas bilíngues e formação docente. Os objetivos centrais dessa categorização foram: sistematizar a vasta produção acadêmica, facilitando a visualização das diversas dimensões que sustentam a educação bilíngue; comparar e contrastar as contribuições dos autores em cada eixo; vincular os resultados às questões principais da pesquisa, permitindo a elaboração de uma argumentação consistente; e guiar a análise crítica, garantindo que cada seção do artigo fosse fundamentada em bases teóricas originadas de uma leitura ampla da literatura especializada.

Quadro 1 – Categorias, objetivos e critérios de seleção de dados.

Categoría Temática	Objetivo da Categoria	Critério de Seleção
Políticas públicas para a educação de surdos	Identificar leis, diretrizes e estruturam a educação bilíngue no Brasil.	Frequência de expressões como Libras, Decreto 5.626/2005, educação inclusiva e sua presença em documentos normativos.
Identidade e Cultura Surda	Entender os componentes culturais e identitários que dão suporte à comunidade surda.	Uso de conceitos como cultura surda, identidade linguística, comunidade surda.
Práticas pedagógicas bilíngues	Examinar as estratégias de ensino, as metodologias e os recursos utilizados no contexto bilíngue.	Menções a metodologias de ensino em Libras, relatos de vivências em sala de aula e sugestões de adaptação curricular.
Formação Docente	Analizar os processos de formação inicial e continuada de docentes que trabalham com surdos.	Debates acerca da capacitação em Libras, políticas de formação de professores, requisitos legais e depoimentos sobre formação profissional.

Fonte: Dados do estudo, 2025.

Ao utilizar bases de dados confiáveis e seguir critérios de seleção, garantimos a validade e confiabilidade das informações que analisamos. Essa abordagem garante que nossas conclusões sejam solidamente fundamentadas na literatura especializada, contribuindo de forma relevante para o debate científico e a elaboração de políticas educacionais inclusivas.

Dessa forma, ao integrar a pesquisa bibliográfica com a abordagem qualitativa e a categorização temática, a metodologia empregada confere à investigação rigor científico e consistência analítica. Esse delineamento permitiu a organização sistemática e a análise crítica da produção acadêmica, facilitando a identificação de padrões, concordâncias, discordâncias e lacunas teóricas no âmbito da educação bilíngue para surdos.

Tensões Políticas e Conceituais

O principal debate envolvendo a educação de surdos reside na definição do local de escolarização que esse laudo deve estar inserido, se em escolas bilíngues específicas ou em salas comuns de escolas regulares. Pesquisadores que defendem as escolas bilíngues argumentam que o contato contínuo com outros surdos e professores sinalizantes fortalece a identidade e a aprendizagem, enquanto os defensores da inclusão plena sustentam que a convivência com ouvintes promove a integração social.

É importante explicar que aqueles que defendem o fim da educação especial de surdos e sua inserção nas escolas comuns, sem concentrá-los numa mesma turma, argumentam que insistir na educação de surdos é retroceder na inclusão e discriminar negativamente esses alunos. Entretanto, desconsideram diversas questões, tais como as linguísticas e culturais, intrínsecas à educação de surdos, e, também, a grande heterogeneidade presente em meio às pessoas com surdez, desde a polarização mais comum entre surdos, no sentido cultural do termo, e pessoas com deficiência auditiva e/ou ensurdecidas, até as demais diferenças sociais, físicas, etárias, étnicas e pessoais desses indivíduos (Rodrigues, 2015, p.117).

As salas bilíngues para surdos o ensino é centrado no uso da Libras como primeira língua, sendo o português, na modalidade escrita, ensinado como segunda língua. Essa dinâmica parte do pressuposto de que a aquisição e o desenvolvimento de competências cognitivas são potencializados quando ocorrem na língua natural do estudante surdo. Por outro lado, nas salas inclusivas, os alunos surdos e ouvintes compartilham o mesmo espaço, o ensino ocorre segundo a língua majoritária, nesse caso a língua oral, com adaptações e apoios, como intérpretes de libras (Quadros, 2008).

Uma outra questão a ser percebida encontra-se no próprio ambiente linguístico. Nas salas bilíngues o ensino é predominantemente sinalizado, favorecendo a imersão em libras, a troca fluente entre pares e professores, e o fortalecimento da identidade surda. Por outro lado, nas salas inclusivas, o ensino é oral, limitando o acesso pleno à comunicação pelos estudantes surdos, especialmente quando o ritmo da aula ou a qualidade da interpretação não acompanham a complexidade do conteúdo ministrado.

A escola regular foi para mim sinônimo de barreira e limitação. As metodologias de ensino eram voltadas para alunos ouvintes e eu me sentava na primeira carteira da sala em frente ao professor, para tentar ler seus lábios, não era fácil. Vivi fazendo uma dupla jornada de estudos; de manhã estudava na sala comum e à tarde fazia reforço escolar e me sentia muito prejudicado, pois eu não aprendia, não me davam a oportunidade de ter acesso a informações e ao conhecimento, as diversas disciplinas não faziam sentido. Me lembro que as dificuldades de comunicação que vivi pareciam insuperáveis, total bloqueio na comunicação com os colegas de turma e com a

professora regente da sala. Não havia língua de sinais, não havia ensino-aprendizagem (Jesus, 2016, p.31).

Concomitantemente, a convivência entre alunos surdos cria um ambiente de pertencimento cultural, a língua e as experiências compartilhadas fortalecem a construção da identidade surda. Esse aspecto é fundamental, pois além de um espaço de transmissão de conhecimento a escola precisa ser um território de afirmação cultural (Silva *et al*, 2024).

Nessa perspectiva, torna-se evidente que o debate entre incluir o aluno surdo em uma sala bilíngue ou regular é fortemente influenciado por questões políticas, econômicas e principalmente ideológicas. Defensores da inclusão irrestrita, apoiam-se no fato de que as escolas regulares promovem uma melhor convivência com as diversidades, presentes constantemente na nossa sociedade. Em contrapartida, os defensores do bilinguismo apontam que essa inclusão, em muitos casos, se traduz em um isolamento do aluno surdo, por uma questão de incompatibilidade linguista.

Nesse cenário, a educação dos surdos é um tema polêmico que gera sempre debates acalorados, pois, de um lado, estão o respeito às questões da diferença linguística, à identidade surda, e os modos próprios de relação cultural (apreensão do mundo) que os sujeitos surdos têm; de outro lado, a preocupação com a inclusão deste grupo na comunidade majoritária, respeitando suas diferenças e necessidades, mas atentando para que não se constitua como uma comunidade à parte, marginalizada. Este debate acaba se materializando na defesa, de um lado, de escolas de surdos e, de outro, pela inserção do aluno surdo na escola de todos (Lacerda, 2006, p.180).

Essa tensão se agrava quando analisamos a questão dos investimentos públicos. As escolas regulares, em sua maioria, não possuem professores proficientes em libras, há também escassez de materiais didáticos bilíngues e ausência de intérpretes. Em síntese, há lacunas que dificultam a materialização, exigindo um maior investimento financeiro nas escolas, com vista a construir uma educação inclusiva e qualidade no âmbito das escolas regulares.

Em síntese, é necessário aumentar o financiamento à escola pública para ampliar o acesso, dar maior cobertura às crianças e aos jovens/adultos e assegurar os apoios especializados. Na Proposta da Sociedade Brasileira para o Plano Nacional de Educação (CONEP, 1997), além de computar parte dos recursos destinados à educação especial como recursos do sistema regular, estimava-se uma parte a ser acrescida de 1.000 dólares/aluno/ano para o atendimento especializado. De fato, existe a percepção de que o aluno com necessidades especiais deve ter um custo diferenciado, pela necessidade de serviços e profissionais não disponíveis para os demais alunos (Ferreira, 2009, P.61).

É necessário compreender que a ausência de uma comunicação plena fragiliza o processo de ensino aprendizagem e principalmente e limita a participação do estudante, comprometendo o seu direito a uma educação de qualidade. Porém o debate entre inclusão e

bilinguismo não deve ser compreendido como uma oposição, mas como uma oportunidade de diálogo, capaz de provocar uma reflexão sobre o real significado da inclusão de alunos surdos.

O Papel do Professor

Nesse cenário o papel do professor surge como um mediador, que precisa ir além de dominar os conteúdos, mas também comprehende as especificidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Dessa forma, é imprescindível que a formação docente abandone o caráter técnico, e passe a direcionar os educadores para uma educação crítica, acolhedora e sensível as demandas da inclusão.

Pensando em uma Educação Inclusiva, o professor capacitado atua na diversidade, entende as diferenças e enxerga as potencialidades dos alunos; assim, junto a eles, constrói o conhecimento na sala de aula. Por esse motivo, nota-se a importância do ensino de Libras nas licenciaturas, com o intuito de quebrar os preconceitos, visualizar o aluno surdo como um ser de direito e tornar o professor um profissional que visa à inclusão de todos (Baiense, Machado e Silva, 2023, p.2).

Nas escolas regulares, os professores, em sua maioria, não possuem domínio da Libras, o que torna a comunicação dependente dos intérpretes. Essa mediação restringe a interação entre professor e alunos e por consequência reduz a autonomia do professor e cria uma fragilidade na construção de um vínculo afetivo. Além disso, a visão do professor sobre o aluno surdo tende a ser limitada, muitos profissionais adotam uma postura de “facilitar” as atividades ou aceitam resposta sem qualquer rigor pedagógico, resultando na criação de uma imagem irreal das capacidades desses estudantes (Silva e Pereira, 2003).

Nas escolas bilíngues, professores e alunos compartilham a língua de sinais o que permite o desenvolvimento pleno do cognitivo desses estudantes. Além disso a presença de professores surdos permite que o estudante percebe a escola como um espaço social, onde ele é visto como um membro dessa comunidade e não uma pessoa deficiente, um sujeito incapaz de fazer algo sem a ajuda do ouvinte (Quadros, 2008).

Todavia, é preciso reconhecer que, mesmo em escola bilíngues, os professores enfrentam dificuldades. A diferença está no fato de que, apesar das limitações, a prática docente tendo a libras como língua de instrução, possibilita uma educação significativa. Entretanto, nas salas regulares, essas mesmas dificuldades, podem representar barreiras intransponíveis.

Diante desta afirmativa, vimos que a língua de sinais é a maior responsável pelo aprendizado, desenvolvimento e avanço da comunidade surda brasileira, capaz de

produzir todos os conhecimentos e interações com o mundo, e isso envolve a educação. Então, cabe às autoridades da educação rever e elaborar projetos para que muitas escolas bilíngues sejam implantadas em nosso país, favorecendo assim tanto a comunidade surda brasileira quanto a sociedade que é formada por cidadãos diferentes (Moura, Freire e Felix, 2017, p.1292).

Defender a formação bilíngue de professores e investir em sua atuação é defender não apenas melhores condições de trabalho, mas sobretudo o direito dos estudantes surdos a uma educação equitativa, que ultrapasse o discurso e se concretize na prática.

Considerações Finais

A educação de surdos no Brasil é marcada por tensões entre diferentes modelos de escolarização. De um lado, as escolas bilíngues oferecem um ambiente em que a Libras é reconhecida como língua de instrução, possibilitando não apenas o aprendizado, mas também o fortalecimento da identidade surda. De outro, as escolas regulares defendem o convívio com a diversidade como principal estratégia, embora, na prática, as barreiras linguísticas ainda dificultem o acesso dos estudantes surdos a uma educação de qualidade.

A capacitação de professores é fundamental para a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. É fundamental capacitar os docentes tanto para o uso da Libras quanto para a compreensão das particularidades culturais da comunidade surda, tanto em instituições de ensino bilíngues quanto em escolas regulares. Na ausência de políticas sólidas de formação continuada, os professores continuam despreparados para atender às necessidades de comunicação e interação, perpetuando práticas que colocam o aluno surdo em desvantagem.

A necessidade de políticas públicas que assegurem recursos humanos e materiais apropriados é outro obstáculo. Para que a inclusão não seja apenas uma questão de discurso, é essencial contar com intérpretes, desenvolver materiais didáticos bilíngues e criar ambientes visuais acessíveis. A escola se tornará um espaço real de equidade e respeito à diversidade se forem feitos investimentos em infraestrutura, acompanhamento pedagógico e valorização profissional.

Dessa forma, a educação inclusiva na perspectiva bilíngue deve ser compreendida como um direito cultural, social e, sobretudo, linguístico. Mais do que garantir a presença do estudante surdo na escola, é essencial transformar o espaço escolar, reconhecendo a Libras como língua de instrução e legitimando a identidade surda como condição fundamental para seu pleno desenvolvimento.

Referências

BAIENSE, Joyce Karolina Ribeiro; MACHADO, Lucyenne Matos da Costa Vieira; SILVA, Rafael Monteiro da. A importância da formação docente para a Educação de Surdos nos ambientes educacionais. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 20, 30 de maio de 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/20/a-importancia-da-formacao-docente-para-a-educacao-de-surdos-nos-ambientes-educacionais>.

BRASIL. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Lei Nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

CONCEIÇÃO, Cristiane Silva; LOPES, Dailza Araújo. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: uma análise bibliométrica da revista brasileira de educação especial e da revista de educação especial entre 2015 e 2019. **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, [S.L.], p. 51-68, 2020. RELAEC - Revista Latino-Americana de Estudos Científicos. <http://dx.doi.org/10.46375/relaec.31987>.

DUARTE, Carlos Lisboa; SILVA, Francisco Germano da; PINTO, Charridy Max Fontes. **Educação inclusiva: problemas e desafios enfrentados pelo aluno surdo no meio escolar**. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8717>>. Acesso em: 20/08/2025 13:15.

DURAND, Thiago Godinho; LIRA, Mirtes Ribeiro de. **Desafios na implementação da educação bilíngue para surdos sob o decreto 14.191/2021**. Anais do V CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/108636>>. Acesso em: 20/08/2025 18:31.

FERREIRA, Júlio Romero. Financiamento da Educação Básica: o público e o privado na educação especial brasileira. In: FÁVERO, Osmar *et al.* **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: Unesco, 2009. p. 55-64.

FREIRE, Eileuza Lima; FELIX, Neudiane Moreira; MOURA, Anaisa Alves de. Escolas Bilíngues para surdos no Brasil: uma luta a ser conquistada. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 1283-1295, 1 nov. 2017. Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional. <http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10172>.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues *et al.* Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 7, p. 1-15, 17/07/2024.

JESUS, Jefferson Diego de. **Educação Bilíngue Para Surdos**: um estudo comparativo da escola bilíngue e do atendimento educacional especializado (AEE) na escola inclusiva. 2016. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que dizem alunos, professore e intérprete sobre esta experiência. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, set. 2006.

MIRANDA, Antônio Luiz Alencar; SILVA, Ana Rosária Soares da; MIRANDA, Shirlane Maria Batista da Silva. Educação especial e inclusiva na perspectiva do ensino bilíngue. **The Specialist**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 1-14, 11 maio 2020. Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). <http://dx.doi.org/10.23925/2318-7115.2020v41i1a13>.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008. 126 p

RODRIGUES, Carlos Henrique. A Sala De Aula De Surdos Como Espaço Inclusivo: pensando o outro da educação atual. In: ALMEIDA, Wolney Gomes (org.). **Educação de surdos**: formação, estratégica e prática docente. Ilhéus: Editus, 2015. p. 113-136.

SILVA, Ana Elizama da *et al.*. **Diversidade cultural no espaço escolar: um estudo realizado em uma escola pública municipal no município de Igarassu - PE**. Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/112382>>. Acesso em: 20/08/2025 19:21.

SILVA, Angélica Bronzatto de Paiva e; PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. O Aluno Surdo na Escola Regular: imagem e ação do professor. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 173-176, out. 2003.



Recebido: 05/09/2025; Aceito 10/11/2025; Publicado em: 30/12/2025.